

Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA - Nº 44 - Setembro de 2008

www.unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

“Um Novo Milagre Brasileiro”?

A magia das estatísticas para legitimar as políticas de crescimento do governo Lula

Atualmente, a grande imprensa tem celebrado os “dados positivos da economia brasileira”. Todas as estatísticas são evocadas para apontar o bom desempenho da economia brasileira e suas taxas de crescimento econômico.

Recentemente, a Fundação Getúlio Vargas divulgou um estudo que aponta como um dos principais efeitos do bom desempenho da economia a ampliação de uma “nova classe média brasileira”. A pesquisa da FGV considerou que as famílias com renda entre R\$ 1.065 e R\$ 4.951 como sendo famílias de “classe média”. De 2002 para 2008 a classe média teria saltado de 42% da população para 52%, alcançando 100 milhões de brasileiros. Delfim Netto, ex-ministro dos governos militares, afirmou que a ascensão social em curso é do mesmo gênero que a ocorrida nos anos 1960/70, e nisso ele tem razão.

A pesquisa da FGV faz parte de uma campanha de produção de consenso em torno do governo Lula que tenta produzir a sensação de que todos os principais problemas da sociedade brasileira estão em vias de resolução. Nesse impulso, produzem análises verdadeiramente forçadas de dados tentando induzir a visão de que o Brasil apresenta traços das sociedades burguesas clássicas como mobilidade social e formação de uma ampla classe média.

Ao mesmo tempo, a pesquisa da FGV visa produzir efeitos ideológicos interessantes: ela induz a percepção subjetiva de que 100 milhões de brasileiros estão mais próximos daquilo que ela chamou de elite (classes A e B). Mas a pseudo-ciência da FGV é tão frágil que até uma matemática

elementar a desmascara. Se calcularmos a renda per capita dessa nova classe média veremos seu caráter falso. Segundo dados do IBGE as famílias

efêmero e artificial). Além do mais, o próprio critério de classificação dos estratos por renda é teoricamente questionável. Não existe uma distribuição padrão de critérios que permitam refletir a real distancia entre o conjunto da população e a minoria ultra-milionária.

José Pastore, intelectual liberal e insuspeito de posicionamentos de esquerda, fala com clareza dessa dinâmica. “Junto com o grande volume de mobilidade social, porém, verifica-se que a estrutura social brasileira permanece desigual. Como interpretar essa conjugação de mobilidade com desigualdade? A pesquisa realizada com base em uma amostra dos chefes de família de todo o Brasil ao longo de várias décadas mostrou que a maioria dos brasileiros sobe pouco na escala social, e a minoria sobe muito. Isso torna a estrutura social bastante dinâmica e, ao mesmo tempo, espichada. Daí a coexistência de mobilidade e desigualdade”. (A gangorra social brasileira, Gazeta Mercantil, 20/01/2000).

Na realidade, a estrutura de classes na sociedade brasileira mostra que a mobilidade é extremamente restrita, já que quando ela ocorre, aumenta a distancia entre os setores mais ricos e os mais pobres. O ideal da formação de uma ampla “classe média” se desfaz diante do modelo de acumulação capitalista dependente, que concentra e gera desigualdade, ou então apresenta-se como farsa ideológica de segunda categoria, através da manipulação grosseira de dados.

A história aqui então se repete como farsa: o novo milagre dos números da FGV não passa de velho milagre dos tecnocratas da ditadura militar.



A realidade vivida pela classe trabalhadora é bem diferente dos dados estatísticos.

brasileiras tem em média 3,8, membros por casa. Isso significa uma renda per capita entre R\$ 280,00 e R\$ 1302 reais.

O salário mínimo nominal em agosto de 2008 é R\$ 415,00 e o salário mínimo necessário (calculado pelo DIEESE para atender efetivamente as necessidades de alimentação, saúde e educação de uma família de 2 adultos e 2 crianças) é de R\$ 2.025,99. Ou seja, os dados da FGV consideram como “classe média” uma população que na realidade está muito abaixo do necessário ou pouco acima do necessário.

A idéia de que o crescimento econômico está alterando a estrutura de classes como se tenta mostrar pela pesquisa da FGV é falsa. No caso do Brasil, o crescimento econômico tem poucos efeitos distributivos (e nesse sentido a afirmação de Delfim Netto é correta, o modelo atual da ascensão social é similar ao da ditadura, ou seja, completamente

* **Clientelismo, violência e as eleições municipais no Brasil - pág. 2**

**Leia também
nessa edição**

* **Neopeleguismo e tutela burguesa: as Centrais Sindicais na contramão da luta revolucionária - pág. 3**

* **Retorno do Urso de São Petersburgo - pág. 4**

* **60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos - pág. 4**

Clientelismo, violência e as eleições municipais no Brasil

As eleições municipais marcadas para o mês de outubro representam uma excelente oportunidade para a análise do rearranjo das alianças políticas e da estrutura de poder produzida e reproduzida pela burguesia no interior do Estado brasileiro.

Os pleitos eleitorais reproduzem as políticas colaboracionistas e reformistas dos partidos que se apresentam com de esquerda e mostram a reprodução de estruturas da dominação de classe.

1. A reedição do clientelismo

Desde a ascensão do PT ao poder executivo federal, seguida de uma eficiente gestão do capitalismo promovida pelo governo Lula, que os partidos burgueses estão reorientando suas alianças políticas eleitorais. O PT garantiu inicialmente o colaboracionismo de classe atraindo partidos de estrutura oligárquica e fisiológica, primeiramente o PL (atual PRB) e posteriormente, para a formação da base aliada no Congresso Nacional, o PTB, o PP, o PDT e frações do PMDB.

Aproveitando a estrutura do governo federal, os partidos que integram a base do Governo Lula/PT conquistaram 21 das prefeituras das 26 capitais brasileiras: PT com oito, PMDB cinco, PSB quatro, PC do B, PDT, PP e PTB uma prefeitura cada.

O Governo Lula/PT desenvolveu um processo de institucionalização do clientelismo, isto é, a utilização da máquina governamental e, especialmente, dos "programas sociais" (Bolsa Família, Luz para Todos, etc), para acumular capital político e promover "troca de favores" para conquistar os votos. Os "programas sociais" são apresentados como a benevolência de políticos locais da base aliada, que teriam feito a mediação junto ao governo federal. Portanto, hoje o clientelismo é uma política de Estado.

Para o pleito eleitoral de 2008 as práticas do clientelismo institucional já estão cristalizadas e, portanto, aliando-se as práticas do mandonismo, dominam todo o processo eleitoral. Mas nesse ano a já consolidada Bolsa Família divide espaço com as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), como os principais pilares do clientelismo reeditado pelo Governo Lula/PT.

Além dos programas e projetos assistencialistas diretamente gerenciados pelo governo federal, as ONGs e os "centros sociais" também fazem parte da máquina institucional que têm reinventado o clientelismo. As referidas ONGs e "centros sociais" pertencem a políticos locais, governadores, deputados e senadores, e recebem verbas públicas para prestar serviços que deveriam ser oferecidos pelos governos. Assim, o dinheiro público é convertido numa benesse que garante dividendos políticos aos candidatos.

2. As alianças políticas

No rearranjo das alianças políticas, as eleições municipais desse ano indicam importantes tendências:

1º) O PT ampliou sua aliança com os setores da burguesia, pois além da aliança com o PMDB em onze capitais, os petistas fecharam aliança com o PSDB em duas capitais: Aracajú, com a candidatura de Edvaldo Nogueira do PCdoB, e Belo Horizonte, com a candidatura de Marcio Lacerda do PSB. Nesse ultimo caso, a aliança foi o resultado da articulação de Aécio Neves, governador de Minas Gerais pelo PSDB e do próprio presidente Lula. Tal nível de articulação mostra que o PT se apresenta para a burguesia como uma alternativa viável e eficaz para continuar gerenciando o Estado brasileiro no contexto do capitalismo ultra-monopolista.



O vereador Jerominho (PMDB), juntamente com os irmãos Natalino (DEM) e Carmem (PTdoB), controla a milícia de Campo Grande.

2º) O PCdoB optou por lançar seis candidaturas independentes do PT ao mesmo tempo que rompe com a CUT e funda uma nova central sindical (a CTB), com o principal objetivo de receber o imposto sindical. Assim, os stalinistas tentam se reposicionar, procurando se isentar da responsabilidade pela ofensiva neoliberal e simulando uma autonomia em relação ao PT. Talvez apostem num desgaste dos petistas até 2010.

3º) Os partidos reformistas de menor expressão, PSTU e PSOL, reforçam a democracia burguesa, pois lhe conferem legitimidade participando das eleições. Sequer fazem um discurso de denuncia, na verdade elaboram propostas de políticas públicas que são apresentadas nas plataformas de seus candidatos. Esses partidos reformistas confundem a classe trabalhadora e contribuem para a dominação burguesa.

Estamos diante de um grande **consenso em torno da democracia burguesa** e, conseqüentemente, a **classe trabalhadora não desenvolve uma política autônoma em relação ao Estado e ao capital**.

3. Mandonismo e clientelismo no Rio

A análise do processo eleitoral nos municípios do Rio de Janeiro nos permite identificar a dinâmica das relações de poder que se reproduzem em todo o país. Pois, tanto na região metropolitana quanto no interior, predominam as práticas do mandonismo e do clientelismo.

O clientelismo institucional é a regra nas eleições fluminenses. É incontável o número de ONGs e "centros sociais" que pertencem a políticos que disputam as eleições municipais. Algumas ONGs pertencem a verdadeiros "clãs" de políticos, como é o caso daquelas ligadas à família Garotinho. Ainda podemos citar projetos financiados pelo governo federal que são atribuídos a pessoa de um candidato: trata-se do projeto "Cimento Social", criado pelo senador, candidato a prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PR).

Por sua vez, o mandonismo é reeditado no estado do Rio de Janeiro a partir das relações políticas entre partidos e candidatos com o narcotráfico, com os grupos de extermínio, máfia dos caça-níqueis e com as milícias. Esses grupos armados formam verdadeiros currais eleitorais, impondo pela violência o apoio a seus candidatos.

As milícias, constituídas de policiais civis e militares (ativos e aposentados), bombeiros e membros das forças armadas (principalmente exército), se apresentam como uma "nova forma" de opressão sobre os trabalhadores. As milícias cobram por "segurança", exploram os serviços de TV à cabo clandestina, venda de gás, transporte alternativo, taxa na compra e venda de imóveis, e as várias formas de extorsão, "negócios" que mobilizam mensalmente, só no Bairro de Campo Grande, 4,5 milhões de reais.

No comando das milícias estão políticos de diversos partidos: Natalino (deputado), Jorginho da SOS e Nadinho do Democratas, Jerominho do PMDB, Carmem Guimarães do PTdoB, Jorge Babu do PT e André Deco do PR.

Essa relação entre crime organizado e política eleitoral não é novidade, pois há décadas o jogo do bicho e os grupos de extermínio, esses últimos especialmente na Baixada Fluminense, têm importante participação e influência nas três esferas do poder estatal. Da mesma forma que o crime organizado e o Estado fazem parte da mesma engrenagem de acumulação de capitais e de opressão da classe trabalhadora.

Diante desse quadro, **somente a retomada da estratégia da ação direta das massas pode apontar para a ruptura da exploração e da opressão burguesa**. E nas eleições a "desobediência civil", ou seja, o **não comparecimento às urnas é a opção corrente com os interesses dos trabalhadores**. ■

Neopeleguismo e tutela burguesa: as Centrais Sindicais na contramão da luta revolucionária

A era Lula representa um marco na história do sindicalismo no Brasil. Representa um governo cujo bloco de apoio é amplamente hegemônico dentre sindicatos patronais e dentre os organismos centrais dos trabalhadores. Poucos governos tiveram tamanha adesão. O chamado “novo sindicalismo” do início dos anos 1980 foi responsável por uma relativa renovação contra os quadros pelegos que se reproduziram ao longo dos anos da ditadura. Neste sentido, num primeiro momento, criou organismos não previstos na estrutura sindical brasileira que fora estabelecida pela ditadura anterior, a de Getúlio Vargas. Tais organismos hoje se transformaram em verdadeiros entraves para a luta dos trabalhadores, dentro de uma perspectiva revolucionária socialista. Ao mesmo tempo em que todas as Centrais Sindicais estão no campo de apoio governista, e aderiram à ideologia neoliberal, há uma renovação da estrutura sindical a fim de integrá-las definitivamente ao Estado.

O “consenso Lula” e a renovação do sindicalismo de Estado

Conforme já afirmamos, desde 2003, as “Reformas” do governo Lula visam adequar o Estado ao atual modelo de acumulação ultra-monopolista do capital, dentro de um programa pragmático neodesenvolvimentista. Neste sentido, a aprovação da Lei das Centrais (1990/07), que faz parte da Reforma Sindical, promove uma renovação da estrutura varguista. Renovação esta que visa adequá-la ao atual contexto, integrando as Centrais, mas que não rompe com a estrutura varguista, muito pelo contrário, aprofunda seu principal objetivo que é a conciliação de classes, através da tutela estatal dos conflitos entre capital e trabalho. Representa, então, ainda que simbolicamente, a definitiva degeneração do “novo sindicalismo”, garantindo a tutela burguesa sobre suas organizações.

A legalização das Centrais foi mais um evento de afirmação do “consenso Lula”, impulsionado por manifestações convocadas por todas as principais Centrais e movimentos populares. O deputado relator da Lei, Vicentinho (PT), disse: “Pedimos a aprovação da matéria, fazendo desta uma data histórica. A história mostra que em 1906 surgiu a primeira central do País, chamada COB, Central Operária Brasileira. E hoje ocorre a legalização definitiva”. A legalização credenciou as Centrais para negociarem em nome dos seus filiados (sindicatos de base), para participarem de forma legítima dos fóruns de negociação entre governo, patronais e trabalhadores e, em especial, para receberem os 10% do Imposto Sindical. O advento desta legalização nos últimos anos fez com que os setores historicamente pelegos do movimento sindical se reestruturassem, visando candidatarem-se ao recebimento da verba. Este foi o caso da UGT (União Geral dos Trabalhadores, que surgiu da fusão das antigas Social Democracia Sindical/SDS, Confederação Geral dos Trabalhadores/CGT e

Central Autônoma dos Trabalhadores/CAT, em julho de 2007) e da Nova Central Sindical de Trabalhadores/NCST, formada em junho do ano de 2005. Por outro lado, setores governistas também fizeram suas contas e rapidamente se desligaram da CUT, criando a CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil), a fim de gerir sua própria burocracia sindical.

O único desacordo entre os burocratas governistas ficou por conta da forma como serão financiadas as centrais. A CUT, que em 2007 assumiu a defesa do Imposto Sindical, visa substituí-lo por uma “contribuição negocial”, igualmente compulsória, recolhida e fiscalizada pelo Estado, mas que deve ser definida em assembléia e cobrada daqueles trabalhadores supostamente beneficiados por acordos com a patronal. Pois, afinal, para o presidente da CUT,



Manifestação em prol da legalização das Centrais: a coalizão neopelega

“O sindicato que não negocia, que não faz acordo, não é sindicato e não tem que receber contribuição” (Folha, 08/11/2007). Para a CUT, então, quanto mais uma burocracia sindical concorda com o patrão, mais eficiente ela é e mais dinheiro ela deve receber. No fim das contas, o acordo a que chegaram foi o de aumentar o Imposto Sindical.

A Conlutas foi a única que teria se colocado contra a forma da Lei. Mas a emenda ficou pior que o soneto. A política imposta por seus setores majoritários foi a de se colocar contra a Lei e contra o Imposto Sindical, ao mesmo tempo em que reconhece que a atual legalização das centrais “atende a uma demanda histórica dos trabalhadores” e que defende que a Conlutas deve servir como uma “intermediária para devolver os recursos do Imposto Sindical para os sindicatos”, registrando-se nos termos da própria Lei que se diz contra! A crítica ficou por conta de que os critérios eram “anti-democráticos”, ou seja, impediriam o pleno reconhecimento das centrais pequenas em detrimento das “grandes e tradicionais”.

Recentemente, a Conlutas encaminhou um passo-a-passo aos seus sindicatos indicando como devem proceder para se cadastrar no Ministério do Trabalho. Na prática, a Conlutas se soma às demais Centrais pelegas, respaldando o Imposto Sindical e visando se adequar aos critérios definidos e controlados pelo

Estado para ser reconhecida como representante nos fóruns legais de negociação tripartite, ainda que sob um discurso ambíguo e oportunista.

Assim, a renovação da estrutura sindical no Brasil não rompe com os principais pontos previstos na estrutura do sindicalismo de Estado, que são: 1) a imposição da ideologia da incapacidade política da classe trabalhadora (necessidade de tutela burguesa sobre a organização dos trabalhadores); 2) a imposição da ideologia do Estado neutro (as instituições do Estado atuam como “árbitras” supostamente neutras para a resolução dos conflitos capital x trabalho); 3) a imposição da ideologia corporativista (os sindicatos são órgãos de cooperação entre classes, responsáveis pela defesa dos interesses de sua respectiva corporação de ofício).

O corporativismo da estrutura sindical getulista é mantido em essência, ainda que de uma forma diferente, dentro do novo modelo que prevê *uma central para cada partido e um sindicato para cada central*. A renovação do sindicalismo de Estado no Brasil promove, portanto, fragmentação na base e centralização na cúpula. As seis centrais, que agora têm poder para negociar em nome da base, serão financiadas pelo MTE, de acordo com o número de sindicatos filiados e cadastrados. Em virtude disso, segundo próprias estimativas do governo, são criados, em média, 22 sindicatos por mês no Brasil hoje. Por outro lado, cada partido eleitoral busca criar uma Central que atua como braço de apoio na sociedade, acompanhando a agenda do Parlamento burguês (CUT/PT, CGTB/MR8-PMDB, CTB/PCdoB, Força Sindical/PDT, NCST e UGT/DEM-PSDB, etc). Neste sentido, as Centrais substituem a estrutura tradicional getulista, sindicatos-federações-confederações-Ministério do Trabalho, ligando direta e verticalmente Centrais, federações e confederações ao Ministério.

Neste sentido, certas diretorias de federações vêm sendo compostas a partir de composições pelegas “independentes”, como afirmaram preferir, por exemplo, os integrantes da chapa vitoriosa no Congresso Nacional dos Metroviários em agosto passado, formada por integrantes da CTB, Conlutas e Intersindical, ao desfiliar a Federação da CUT: “é primordial a entidade se manter independente, já que os sindicatos a ela filiados não têm necessariamente a mesma preferência em termos de central sindical”.

No atual contexto, *torna-se uma condição para a luta revolucionária socialista atuar nos sindicatos a fim de recusar a tutela burguesa, buscando, a partir da mobilização de base nos locais de trabalho, construir organismos de classe que permitam aglutinar militantes, entidades sindicais e oposições, movimentos estudantis e populares que estejam em luta contra o sindicalismo de Estado e suas atuais Centrais Sindicais pelegas.* ■

Retorno do Urso de São Petersburgo

A invasão russa na Absácia e Ossétia do Sul, repúblicas autônomas da Geórgia desde 1992, está relacionada à disputa inter-imperialista pelo controle da Ásia Central, estratégico para as pretensões européias e americanas, que pretendem diminuir sua dependência energética da Rússia e do Oriente Médio.

Desde o final da guerra fria a política americana e européia tem como principal estratégia energética o controle econômico-militar do corredor eurasiático que ligaria a Europa a Ásia Central e, ainda, poderia chegar ao extremo oriente. Esta estratégia é chamada de Sistema Rota da Seda (SRS), um Sistema de Segurança Trans-Eurasiático essencial para a política imperialista dos EUA.

Em 2006 a inauguração do oleoduto **Baku-Tbilisi-Ceyan (BTC)**, que passa por Azerbaijão, Geórgia e Turquia e liga o Mar Cáspio ao Mar Mediterrâneo, foi uma importante vitória geoestratégica da aliança entre EUA, UE, Israel e as grandes corporações petrolíferas e seus sócios no Cáspio e Ásia Central. A construção do BTC nitidamente teve a intenção de diminuir a dependência do petróleo russo na UE. Há, ainda, projetos de conexão do BTC com o oleoduto Trans-Israel Eilat (Golfo de Aqaba – Mar Vermelho)-Ashkelón (Mediterrâneo).

Neste sentido a Geórgia é um dos principais aliados ianques na região. Enviou tropas para o Iraque e apóia o Sistema Nacional Antibalístico dos Estados Unidos (SNA), o que afetou mais ainda as

relações diplomáticas entre Rússia e o "Ocidente", uma vez que o principal objetivo deste projeto é cercar a Rússia de bases militares e se contrapor ao poderio de Moscou na região.



Georgiano em meio a destruição da cidade de Gori

A União Européia e a OTAN tem avançado sua área de influência sobre países do antigo bloco soviético, apoiando as chamadas "revoluções laranja", como na Ucrânia e Geórgia. Além disso, a ação dos EUA no Afeganistão, onde mantém 90.000 soldados, no Iraque e no Líbano é um claro sinal de força bélica. Uma tentativa de reduzir a influência geopolítica de Moscou e ampliar seu controle na região do Cáspio e da Ásia Central.

Mas a política de Bruxelas-Washington se intensifica ao mesmo tempo em que o Urso de São

Petersburgo está de volta. Depois de uma década fragmentado pela máfia é novamente centralizado pela política de Putin, trazendo de volta ao cenário mundial à Rússia como potência Militar, Política e Econômica.

Como resposta as pretensões imperialistas europeu-americanas na Ásia Central, a **Organização para Cooperação de Shanghai (OCS)**, vem realizando importantes acordos militares e novos projetos de construção de corredores de transporte, comunicação e energia.

A ação militar da Geórgia nas regiões autônomas da Ossétia do Sul e da Absácia, estimulada *a priori* pelos americanos que tentam criar novamente um clima de anti-russo no mundo, faz parte da tentativa dos EUA de controlar a região. Mas a ação militar georgiana distanciou ainda mais de Tbilisi e Washington as duas regiões e as aproximaram dos russos. A ocupação da Geórgia por tropas russas foi uma demonstração de força de Moscou contra as pretensões de Bruxelas e Washington na região, mas demonstram, ainda em baixa intensidade, os conflitos inter-imperialistas entre as potências em ascensão, Rússia e China, e as atuais potências, EUA e UE.

A ação desastrosa do presidente ianque-georgiano, Mikhail Saakashvili, só serviu para que a Urso de São Petersburgo mostrasse seu ressurgimento ao final da centralização empreendida por Putin do Estado Mafioso que havia se formado no país. ■

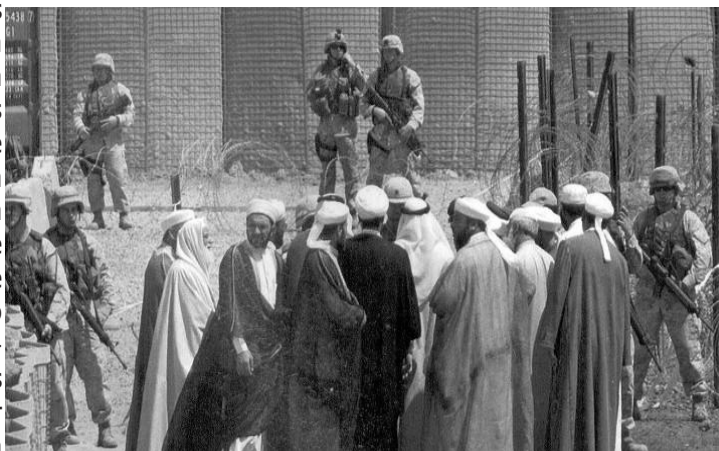
60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Justamente após um período das guerras mundiais, de extermínios em massa, do uso da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, diversos Estados-Nacionais, reunidos na ONU, assinaram, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os quais estabeleceram que "todo ser humano é detentor de direitos essenciais, indispensáveis à convivência social".

A concepção de igualdade intrínseca aos Direitos Humanos tem na Revolução Francesa um marco, pois esta rompeu com a naturalização da desigualdade entre os seres humanos dos períodos feudal e monárquico. Entretanto a concepção de igualdade é disputada pelas classes. A burguesia concentra-se nos direitos civis e políticos para conceber a igualdade; o proletariado entende que não há igualdade política sem igualdade social e econômica. Para os trabalhadores, a Revolução Industrial se dá sobre a exploração da mão-de-obra operária, e a defesa dos Direitos Humanos se articula com a luta dos trabalhadores por condições dignas de vida, incorporando essa dimensão na luta por justiça social. Portanto, não há emancipação social restringindo-se os Direitos Humanos aos direitos civis e políticos.

Passados mais de 150 anos da Revolução Francesa, a Declaração Universal de 1948 foi assinada num novo contexto geopolítico internacional: a Guerra Fria. Nesse contexto, a luta pela descolonização da África e da Ásia, a expansão

das revoluções socialistas pela América Latina, Ásia e África, as guerras entre as potências capitalistas e comunistas por áreas de influência, bem como a luta contra as ditaduras militares latino-americanas, o direito a autodeterminação dos povos, as igualdades étnico-raciais e o questionamento da pobreza produzida pelo capitalismo estiveram na pauta de discussão dos Direitos Universais.



Os Direitos Humanos são regidos pela concepção burguesa, já que, no se artigo XVII assegura o direito a propriedade privada. Entretanto, as contradições inerentes ao capitalismo permitiram que a classe trabalhadora disputasse sua orientação política e ideológica.

Hoje, diante do consenso neoliberal, fica cada vez mais explícito a impossibilidade de cumprimento

da Declaração dos Direitos Humanos no sistema capitalista. A destruição da rede de proteção social, a ampliação das formas precarizadas de trabalho, o aumento da super-exploração da classe trabalhadora, a exploração do trabalho análogo à escravidão por oligopólios transnacionais, as invasões do Afeganistão e Iraque, os caso de tortura nas cadeiras estadunidenses de Guantánamo e Abu Ghraib (foto), os massacres étnicos na África, o massacre de palestinos em Gaza e na Cisjordânia, a violência policial na América Latina, as expansões imperialistas da China e da Rússia, entre tantos outros exemplos, denunciam a hipocrisia de todos os Estado que são signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sem o contraponto socialista, cresce crítica de tipo fascista aos Direitos Humanos, identificando-os como "privilégios" dados aos criminosos. Isso num contexto de criminalização da pobreza e aumento do aparato repressivo do Estado. Ou seja, o neoliberalismo amplia a pobreza e o Estado amplia as prisões e as ações das forças policiais, com objetivo de conter as "classes perigosas" que não devem ter quaisquer direitos respeitados. Assim as torturas, exclusões sumárias e chacinas contidas por policiais e paramilitares são legitimadas pela ideologia de que "bandido bom é bandido morto".

Portanto, somente a Revolução Proletária pode garantir a implementação de Direitos Univerais. ■